

Jorge Lintz Calixto Santos Souza

DIREITO À SAÚDE

**Na Jurisprudência Interamericana sob a Óptica
do Constitucionalismo Regional Transformador**

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2026

Sumário

Prefácio	1
Introdução	5
1 Constitucionalismo Regional Transformador	11
1.1 Conceito	12
1.2 Características.....	25
1.3 Algumas críticas importantes.....	27
1.4 O papel das Cortes Constitucionais.....	28
1.5 Algumas Constituições Transformadoras	30
1.6 Outras informações relevantes	32
1.7 <i>Ius Constitutionale Commune</i>	33
2 Proteção constitucional ao direito à saúde	39
2.1 Dos direitos fundamentais	39
2.1.1 Polêmica acerca do conceito	39
2.1.2 Evolução história acerca do conceito.....	41
2.1.3 Classificações	48
2.1.4 Atributos dos fundamentais	52
2.1.5 Colisão dos direitos fundamentais	53
2.2 Breve contexto histórico nas Constituições Brasileiras.....	55
2.3 Proteção na Constituição Federal de 1988	63
3 Proteção do direito à saúde no Sistema Interamericano	73
3.1 Sistema Interamericano	73

3.2 Período da proteção indireta do direito à saúde	78
3.2.1 No âmbito municipal.....	83
3.2.2 No âmbito nacional	83
3.3. Período da proteção direta do direito à saúde	86
4 Do direito à saúde no Supremo Tribunal Federal e o contexto da pandemia – estudos de casos.....	95
4.1 Estudo de casos	95
4.2 ADI nsº 6586 e 6587: Vacinação obrigatória – julgamento conjunto.....	99
4.3 Outras informações relevantes	116
4.4 ARE 1.267.879: Vacinação obrigatória.....	119
5 Diálogo jurisprudencial entre o Supremo Tribunal Federal e o Sistema Interamericano na proteção do direito à saúde no contexto pandêmico.....	127
5.1 Breves considerações	127
5.2 O que é o Sistema Interamericano de Direitos Humanos?	128
5.3 Por que um Sistema Interamericano de Direitos Humanos?	135
5.4 De que forma o Sistema Interamericano fomenta um Constitucionalismo Regional Transformador?	137
5.5 O que é o Observatório de Impacto da Comissão Interamericana de Direitos Humanos?.....	140
5.6 Diálogo	141
Conclusão	155
Referências.....	161